

## **Ata da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura**

*Dias: 26, 27 e 28/01/2015  
Secretaria de Estado da Cultura*

No dia vinte e seis de janeiro de 2015, os relatores e facilitadores dos Eixos Um, Dois, Três e Quatro e mais alguns membros da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura (Sebastião Soares, Amarantino de Oliveira, José Pedro da Silva Neto, Isabela Umbuzeiro Valent, Benedito Donizete Alemão Packer, Luciano Dami, Davidson Panis Kaseker, Miriam Fontana, Veguinaldo Rodrigues, Jamil Scatena, Osterno Souza e Livia Andrade) reuniram-se na Sala 101 da Secretaria de Estado da Cultura para esquematizar o plano de trabalho da Comissão nos dias subsequentes.

Miriam Fontana, suplente da região de Ribeirão Preto, explicou que estava até ontem em São José dos Campos e que, ao invés de voltar para sua cidade, ficou em São Paulo e por isso veio até a reunião, mesmo não sendo relatora nem facilitadora de nenhum Eixo.

Sebastião Soares pediu que o grupo considerasse a proposta de redação do Eixo Um, referente ao Financiamento, Participação e Gestão. Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, sugeriu que os presentes se debruçassem em cima das apresentações de todas as coordenadoras da Secretaria de Estado da Cultura e também de outros documentos disponíveis para fazer um relatório para a Análise Situacional.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, lembrou que a Comissão já avançou bastante com as Minutas do Conselho e Fundo. Ele propôs que o Plano Estadual de Cultura siga o seguinte esquema: Introdução feita pelo Secretário, Diagnóstico Situacional, Marcos Legais – o que existe de leis relacionadas à Cultura no Estado de São Paulo –, Diretrizes, Objetivos, Metas e Ações. Ele sugeriu que, depois de Ações, tenha um item de Avaliação dessas Ações.

Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, pediu que o primeiro item seja a Caracterização Histórica da Secretaria no Estado de São Paulo. Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, se voluntariou para escrever este histórico. Amarantino lembrou que as metas devem ser situadas no tempo, espaço e nas finanças. Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, sugeriu o termo Estratégia, ao invés de Meta. Amarantino de Oliveira sugeriu o seguinte esquema, aproveitando a proposta de José Pedro da Silva Neto: Caracterização Histórica, Apresentação, Análise Situacional sob o ponto de vista das dimensões Simbólica, Econômica e Cidadã, Desafios, Diretrizes e Prioridades, Objetivos, Metas, Ações e Anexos, parte onde entrarão as definições de conceito e bibliografia.

Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, lembrou que só faltam três reuniões para a conclusão do Plano Estadual de Cultura. Salientou que houve, até o momento, uma preocupação sobre apresentação e sugestão de Conselho, mas nada se fez sobre o objeto principal que é o Plano. Enfatizou a necessidade de dirigir os trabalhos no sentido da atenção estar voltada totalmente para o objetivo principal da Comissão.

Luciano Dami, titular da região de Franca, frisou que os primeiros dez anos do Plano serão um tempo de levantamento de dados. Ele lembrou que o Conselho foi feito de maneira a favorecer a participação regional. Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, argumentou ser preciso garantir que as propostas da Terceira Conferência Estadual de Cultura sejam contempladas no Plano Estadual de Cultura.

Osterno de Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, lembrou que o pessoal das linguagens na Comissão foram indicados e não eleitos. Muitos chegaram à Comissão sem saber o que estava acontecendo. Ele lembrou que o papel da Comissão é definir a roupagem que cabe a cada segmento.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, disse que o sistema de participação nas Conferências é um modelo falido. A sociedade civil não é organizada a ponto de garantir suas demandas. As propostas da

Conferência não revelam as demandas da Sociedade Civil. As propostas da Conferência mostram a falta de conhecimento do que é uma proposta. Ela acha que a leitura crítica está feita e que o diagnóstico sairá da análise das três dimensões.

Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, disse que o processo em si é perverso. Não vamos nos limitar as propostas aprovadas, não vamos ficar restritos ao que foi discutido na Conferência, mas ter esse material como ponto de partida. Ele solicitou que alguém se encarregue de filtrar as propostas da Conferência, porque a solução do diagnóstico pode vir dela. Isabela Umbuzeiro Valent, suplente de São Paulo Capital, sugeriu analisar as propostas da Conferência e checar se atendem às demandas da Comissão.

Luciano Dami, titular da região de Franca, frisou que há propostas da Conferência que são apontamentos e não propostas. Por exemplo: Há uma proposta de que cada município tenha uma Unidade Básica de Cultura. Isso aponta para a necessidade de infraestrutura cultural em várias cidades do interior.

Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, argumentou que a Comissão tem um diagnóstico das ações da Secretaria, mas que a Comissão precisa fazer uma análise, levantar os desafios, ver o que não está dando certo e propor uma reestruturação. Isabela Umbuzeiro Valent, suplente de São Paulo Capital, lembrou a necessidade de pensar quais objetivos serão feitos a partir destes desafios.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, sugeriu que a Secretaria já encaminhe ao secretário as minutas do Conselho e do Fundo. Ele também pediu o encaminhamento ao setor jurídico para que este dê o parecer à Comissão.

Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, sugeriu a seguinte organização para o dia seguinte:

- 1- Caracterização Histórica
- 2- Apresentação
- 3- Análise Situacional sob as dimensões Simbólica, Econômica e Cidadã
- 3A - Marcos Legais – Amarantino de Oliveira**
- 4- Desafios
- 5- Diretrizes e Prioridades
- 6- Objetivos
- 7- Metas
- 8- Ações
- 9- Anexos com conceitos e bibliografia.

Amarantino de Oliveira sugeriu que a Comissão inicie a reunião amanhã com a aprovação da ata e na sequência apresente o esquema e a exposição dos Marcos Legais e das Três Dimensões por seus respectivos representantes.

Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, sugeriu a seguinte agenda: 26 e 27 de janeiro fechamento do Diagnóstico e Desafio; Encontro de Fevereiro: elaboração das Diretrizes e Objetivos, Março: elaboração das Estratégias e Ações e Abril: Fechamento do Plano Estadual de Cultura. Ele ainda sugeriu a figura de um mediador para garantir o cumprimento do cronograma de atividades e reconduzir a Comissão ao foco, quando os membros estiverem desviando do proposto. Isabela Umbuzeiro Valente, suplente de São Paulo Capital, indicou Luciano Dami como mediador, ele aceitou.

A definição do cronograma para o dia seguinte ficou:

10h às 12h = Aprovação da Ata, Apresentação do Esquema e Explicação das Três Dimensões e dos Marcos Legais.  
14h às 18h = Divisão dos membros da Comissão em três grupos para discutir cada uma das dimensões. Eleição de facilitadores em cada dimensão para levantar os desafios.

Isabela Umbuzeiro Valent, suplente de São Paulo Capital, sugeriu que o responsável por cada dimensão pense em perguntas para facilitar o levantamento dos desafios

Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, indagou se existe a possibilidade da Comissão ter acompanhamento de uma pessoa do jurídico para assistir o processo de redação do Plano. Por sua experiência neste processo, ele frisou que, quando o projeto de lei chega ao departamento jurídico, eles barram muita coisa por desconhecerem o todo.

O grupo decidiu distribuir as incumbências para facilitar o trabalho. Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, ficou responsável pela Caracterização Histórica da Secretaria. Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, se comprometeu a mostrar os Marcos Legais; José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, se responsabilizou pela Dimensão Simbólica; Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, e Isabela Umbuzeiro Valent, suplente de São Paulo Capital, ficaram encarregados da Dimensão Cidadã e Luciano Dami, titular da região de Franca, pegou a Dimensão Econômica.

---

No dia vinte e sete de janeiro de 2015, os membros da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura reuniram-se no Auditório da Secretaria de Estado da Cultura para dar continuidade aos trabalhos. A mesa foi composta por Osterno Souza, titular indicado da Secretaria de Estado da Cultura, Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, e Luciano Dami, titular da região de Franca.

A primeira pauta do dia foi a aprovação da ata, que ocorreu após a correção das regiões administrativas. Na sequência, Luciano Dami apresentou o esquema de trabalho feito pelo grupo de relatores e facilitadores na véspera com o objetivo de criar um passo a passo e facilitar o trabalho da Comissão. Na sequência, Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, apresentou os Marcos Legais.

Ele mostrou a seção II da Constituição Federal que trata da Cultura. Amarantino de Oliveira frisou que há um artigo na Educação também relacionado à Cultura. Ele apontou como o desafio a criação de uma emenda de lei que garanta o Plano Estadual de Cultura como o principal instrumento de gestão pública para a Cultura no Estado de São Paulo.

Na parte de Estruturação da Secretaria de Estado da Cultura, ele apontou como desafio a alteração do Conselho – hoje definido como Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas e existente apenas na teoria – para Conselho Estadual de Política Cultural. Na temática do Fundo Estadual de Cultura, o desafio apontado foi a adequação do fundo ao Sistema Nacional de Financiamento. Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, terminou a apresentação pedindo aos membros da Comissão que encaminhem outras leis, caso conheçam alguma que tenha ficado de fora no documento.

Luciano Dami, titular da região de Franca, leu a apresentação da Dimensão Simbólica, levantada por José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, que não pode estar presente. Humberto Vital, titular dos Pontos de Cultura, apontou que, nos projetos pontuados por José Pedro, não entrou o segmento de Artes Cênicas, que também representa o Simbólico. Ele sugeriu que o recorte seja redesenhado e foi apoiado por André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, e Miriam Fontana, suplente de Ribeirão Preto. Na opinião de Humberto, a dimensão Simbólica misturou muita coisa. Ele sugeriu tirar itens do Simbólico e colocar em outras dimensões. Segundo ele, os projetos têm mais a ver com o investimento na Cultura do que com a questão Simbólica.

José Pedro da Silva Neto pontuou como a questão Simbólica é abordada dentro das ações das coordenadorias. No entanto, não há um esmiuçamento das ações, o que aponta para a necessidade de um melhor mapeamento dos dados. Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, sugeriu que o documento voltasse à Unidade de Fomento e Difusão da Produção Cultural (UFDPC). Quando a gente fala de valores aplicados à Cultura Negra, por

exemplo, nós temos outras organizações sociais que abordam isso, por exemplo, as Fábricas de Cultura. Samba Paulistano, o valor de R\$ 160 mil é irrisório, porque estamos falando só de uma Organização Social (OS) que é a Abaçai Cultura e Arte.

A reunião seguiu com a exposição da dimensão Econômica por Luciano Dami. Ele lembrou da nossa legislação e do que está na Minuta. Como insumo para o diagnóstico, há alguns pontos que ficaram para trás nas atas. Por exemplo, o percentual a ser destinado à Cultura no Estado. A Terceira Conferência Estadual falou de 3%, o orçamento atual é de 0,5% e o Governo Federal fala de 1,5%. Temos que voltar depois a esta questão e ver se colocaremos 3% de cara ou um percentual ano a ano até chegar a 3%.

Luciano Dami resgatou a fala de Amarantino de Oliveira sobre a necessidade de se pensar a Cultura como produtora econômica e parar de fazer um discurso avesso a isso. Luciano lembrou das apresentações que foram feitas e do orçamento da Secretaria de R\$ 1,060 bilhão. Algumas coisas não estão claras nas planilhas que nos foram mostradas. Por exemplo, Difusão Cultural tem R\$ 85,8 milhões para Circulação Cultural, que inclui Virada, Circuito Cultural, Festival Interior e Litoral, Revelando SP, Ópera Curta, etc. Mas não ficou detalhado quanto que é destinado a cada ação.

Luciano Dami, titular de Franca, também lembrou a fala constante da Beatriz Maria Vianna Rosa, titular da região de Campinas, que frisou que os recursos do Fundo e do PROAC não podem se misturar. A ideia é que o Fundo gere mais fonte de recurso e não jogue fonte de recurso de um lado para o outro só para atender a legislação vigente.

André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, pediu que a Comissão garanta no texto do Fundo uma dotação específica para a Cultura. Humberto Vital, titular dos Pontos de Cultura, pediu que a Comissão tenha a garantia de acompanhar dentro da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) as discussões do PEC. Osterno Souza, titular indicado pela Secretaria de Estado da Cultura, disse que o Plano Estadual de Cultura (PEC) precisa dar base para que os municípios mudem seus planos para estar de acordo com o PEC. Ele lembrou que hoje os municípios não têm percentual definido para Cultura. Aliás, há vários municípios em que a Cultura está junto com Educação, Turismo e Esportes.

Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, apresentou na sequência o documento da Dimensão Cidadã. Ele salientou que chama sua atenção a justaposição dessas políticas. Por exemplo, na Unidade de Formação Cultural contém as mesmas atividades artísticas culturais que as Fábricas de Cultura. Precisamos fazer uma análise. André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, destacou a concentração das oficinas e cursos de formação na cidade de São Paulo. Sebastião Soares lembrou que são 10 Fábricas de Cultura todas elas na cidade de São Paulo. Raul Christiano, titular da região de Santos, lembrou que na campanha eleitoral o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, prometeu instalar Fábricas de Cultura em todo o Estado.

Davidson Panis Kaseker, titular da SISEM, destacou que há uma concentração de recursos para os 18 museus geridos pela Secretaria de Estado de Cultura. O SISEM, que contempla mais de 400 museus, fica apenas com 1% do orçamento de R\$ 143 milhões. Como desafio para área de museus é a necessidade de investimento nos demais museus do sistema.

Sebastião Soares destacou o decreto para a lei que tramita para os mestres e mestras da Cultura Popular. Ele chamou a atenção para estas e outras leis vinculadas à Cultura que estão na Assembleia Legislativa há muito tempo e não são postas em pauta.

No Condephaat, o que chama a atenção é o tamanho da equipe de várias unidades da Secretaria de Estado da Cultura. Quando você vai olhar, elas têm três ou quatro funcionários efetivos da Secretaria. Na prática, elas são geridas por outras organizações que têm mais funcionário, estrutura e afinidade maior. Carlos Camilo Mourão Júnior, titular da área de Patrimônio, salientou que na Unidade de Preservação do Patrimônio (UPPH) isso é ainda

mais dramático, porque não existe parceria como essa. Todas as discussões da UPPH são feitas por funcionários de carreira. É uma unidade que não tem nenhuma parceria nem com OS nem com outro tipo de organização.

Sebastião Soares indagou: Como vamos propor um Plano Estadual de Cultura do século XXI, se não temos os recursos humanos? Na sequência, ele chamou à atenção para o PROAC Editais e ICMS. 30% é voltado para atividade teatral, Artes Plásticas ficam com 10%, Cinema com 11% e Música 25%, entre outras modalidades. André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, pontuou que acha o número referente ao teatro um pouco irreal. Em São José dos Campos, temos um grupo que se chama Velhos Novatos, que é um grupo que trabalha exclusivamente com resgate da memória. Temos também um outro grupo, a Companhia de Teatro da Cidade, que tem por essência trabalhar a cultura do Vale da Paraíba. Como é que se dimensiona este investimento? Isso é Cultura Popular? É teatro? Temos que olhar com uma certa lupa, se não a briga começa a se estabelecer entre nós, ao invés de ser lá fora.

Sebastião Soares lembrou que os números foram extraídos das apresentações da Secretaria e têm relação com os projetos avaliados e aprovados, não significa dizer que não existem outras ações que não foram incluídas.

Miriam Fontana, suplente da região de Ribeirão Preto, estamos diante de uma questão que explícita a necessidade de captação de dados quer seja quantitativos ou qualitativos. Por exemplo no PROAC Editais, quando a gente começa a levantar questões a própria Secretaria não tem dados. Ao ver a exposição parece que está tudo especificado, mas não está. Para conseguirmos avançar precisa ter recurso para captação e pessoal adequado para dispor isso tanto para quem trabalha como para a sociedade civil.

Luciano Dami, titular da região de Franca, argumentou que a Comissão está dando muita atenção para isso. Ele lembrou que os números são quantitativos dos projetos aprovados. Se tivermos acesso ao quantitativo dos projetos inscritos, talvez o número seja similar, o que deixaria claro que, se o teatro se inscreve mais, a chance dele ser mais contemplado é a maior.

Sebastião Soares lembrou que no PROAC Edital já há uma proposta nas atas, que é fazer um trabalho com empresas para que elas contemplem projetos mais descentralizados. André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, pontuou que no item PROAC é fundamental a equiparação entre os dois programas: PROAC Edital e PROAC ICMS. Ele destacou a necessidade de aprimoramento das políticas públicas a partir das seguintes ações: territorializar, o que vai além das fronteiras físicas, mas abrange o território das linguagens de saberes e fazeres, atuação da Secretaria de Estado da Cultura em todo o Estado de São Paulo. Elaborar Planos Setoriais para as diversas áreas da Cultura. Estimular a criação de Câmaras Temáticas de Cultura no Conselho Estadual. Cadastrar, mapear e sintetizar informações culturais, a fim de orientar a coleta pelos Estados e Municípios.

André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, sugeriu que a dimensão artística esteja garantida no Simbólico, uma vez que o Simbólico ficou diretamente relacionado às Culturas Populares no recorte que foi feito.

A parte da tarde foi aberta por Davidson Panis Kaseker, titular do Sisem, que fez um esboço da Caracterização Histórica da Secretaria. Ele dividiu a apresentação em duas partes: o que são políticas públicas. Ele justificou que conseguiu elaborar apenas a primeira parte. A segunda que é contar a história da Secretaria de Estado da Cultura, desde sua criação em 1979 até os dias de hoje, ele vai fazer na sequência.

A relação de Estado e Cultura tem uma longa história desde a Grécia. Mas entender políticas públicas de cultura como entendemos hoje é algo mais recente. A partir da década de 90, que encontramos no Brasil textos acadêmicos que propõem uma sistematização das políticas públicas nas suas diversidades de propósitos.

De modo geral, as políticas públicas estatais no mundo inteiro se baseavam na universalização da Cultura ilustrada e só a partir da década de 70 que começa a se contemplar a cultura de forma ampliada. Temos uma dicotomia entre a Universalização Cultural (Cultura das Elites) e por outro lado começa a surgir a Democracia Cultural.

A mudança de paradigma se dá a partir da Constituição de 1888, quando se consagra o direito à Cultura. A Marilena Chauí coloca alguns tipos de política cultural. A Liberal identifica Cultura com Belas Artes e é mais tradicional, vista como privilégio de uma elite. A Populista, que manipula a Cultura popular do povo. A Cultura Neoliberal, que identifica cultura com eventos de massa e consagra todas as manifestações de narcisismo.

A Secretaria de Estado da Cultura surgiu em 1979, em pleno momento de reabertura por decreto de Paulo Maluf, que coloca na Secretaria do Estado um político Cunha Bueno, que não tinha uma trajetória na Cultura. Paulo Maluf cria a secretaria com pouquíssimos cargos de uma maneira improvisada e ela vai se estruturando ao longo dos tempos e herdando uma série de problemas. Só para citar um, herdou da Secretária da Educação 45 Museus Históricos Pedagógicos em uma situação muito precária.

O próximo governo é de Franco Montoro já na reabertura, no período de 1982 a 1987, às vésperas da Constituição, num momento que a sociedade civil toma o poder. Poderíamos analisar o perfil dos secretários: Cunha Bueno não tinha relação com a Cultura, depois veio João Carlos Martins, um artista; na sequência Pacheco Chaves; Jorge da Cunha Lima; Bete Mendes, uma artista; Fernando Moraes, escritor; Adilson Monteiro, um político; Ricardo Ohtake, um arquiteto. Depois de Marcos Mendonça há uma guinada com a entrada de uma administradora, Claudia Costin; João Batista de Andrade, um cineasta; João Sayad, um economista, Andrea Matarazzo, um político e Marcelo Mattos, um homem da Cultura.

Você observa que há uma rotatividade grande, o que revela uma falta de continuidade das políticas culturais, porque são visões diferentes. Falta de estruturação da Secretaria. Ela foi criada sem cargo algum, o que havia era funcionários credenciados. Eram funcionários da Educação, servidores públicos de outras Secretarias que eram credenciados para trabalhar na Cultura. Depois com o Quéricia e Fleury veio o Baneser, forma de contratar sem concurso público. Foi com o Covas que houve uma higienização do processo, veio o concurso público. Hoje os funcionários são contratados por concurso público e, a partir de 2004, há implementação das políticas das OSs, que passam a organizar o recrutamento de pessoal para ações dos serviços públicos de Cultura.

Na ótica da Universalização do Acesso à Cultura Ilustrada, a gente tem a criação da Osesp, dos Corpos Estáveis, que são mecanismos voltados à Cultura de Elite. A Osesp quando chegou na administração do Mendonça, ela estava falida. Houve neste período de 2004 a 2008, um forte investimento na recuperação de equipamentos culturais: Sala São Paulo e teatro São Pedro. E gradativamente uma ampliação da Cultura, contemplando o outro conceito de valorização da entidade cultural e do direito à Cultura nos diversos segmentos da sociedade paulista.

Hoje, a missão da Secretaria de Cultura é formular e implementar políticas públicas visando a ampliação do acesso aos bens culturais, a descentralização das atividades, o fomento da produção cultural e a valorização do patrimônio cultural paulista. Outro documento de análise é olhar para o orçamento da Cultura, a distribuição interna deste orçamento e os planos plurianuais.

Depois da apresentação, a Comissão foi dividida em três grupos para o diagnóstico situacional de cada uma das dimensões. Na volta, a mesa foi composta pelos representantes das dimensões – Luciano Dami (Econômica), Isabela Umbuzeiro Valent (Cidadã) e Amarantino de Oliveira (Simbólica) – que ficaram de expor para toda a Comissão um resumo das discussões em grupo.

A primeira pauta foi uma possível reunião com o Secretário Estadual de Cultura, Marcelo Mattos, e também com o atual ministro da Cultura, Juca Ferreira. A comissão encaminhou duas propostas. Primeira: pedir duas reuniões, uma com o secretário e outra com o ministro. Ela teve 16 votos contrários, 1 a favor e 1 abstenção. A segunda: marcar a reunião com o secretário para o próximo mês e com o ministro para dali dois meses. Esta venceu com 18 votos a favor.

Osterno Souza e Jamil Scatena, ambos titulares indicados pela Secretaria de Estado da Cultura, ficaram de conversar com o secretário e ver se ele terá agenda para atender à Comissão. O grupo ficou de se articular por

email para decidir a pauta do encontro com o secretário. Miriam Fontana, suplente da região de Ribeirão Preto, reivindicou que a Comissão se mantenha mobilizada para acompanhar todo o processo até a aprovação do Plano Estadual de Cultura na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, expôs que seria importante tornar público o trabalho da Comissão, inclusive via departamento de Comunicação da Secretaria de Estado de Cultura.

André Silva dos Santos, titular de São José dos Campos, reivindicou que as pessoas da Comissão ligadas a movimentos sociais ajudem a mobilizar seus grupos para, no momento que preciso for, colocar pressão em cima dos deputados.

Na sequência, Isabela Umbuzeiro Valent, suplente de São Paulo Capital, apresentou as questões concernentes à dimensão cidadã. O grupo identificou desafios e oportunidades, mas – por questão de tempo – acabou focando nos desafios. Foram levantados uma série de entraves para a universalização da Cultura. A centralização na capital foi o primeiro porque dificulta o acesso dos municípios aos programas de formação cultural. Depois apareceu a dificuldade do levantamento de dados sobre os indicadores culturais dos municípios, consequência da falta de organização e comunicação da Secretaria com os municípios.

Outro entrave mensurado foi falta de compreensão e informação dos gestores municipais na área da Cultura. O grupo apontou a existência de ações repetidas e desarticuladas e a falta de articulação e cooperação entre as esferas municipal, estadual e federal. A prevalência de uma compreensão elitista de Cultura restrita às linguagens é outro aspecto que dificulta o acesso à Cultura. As populações com condição econômica mais baixa têm dificuldade de acessar os recursos para produção cultural, além de não se reconhecerem como cidadãos. Os editais exigem que cidadãos dominem a linguagem de projetos, o que prejudica o acesso de alguns indivíduos à produção cultural.

O grupo apontou a falta de mecanismos para garantir acesso da população à lei Cultura Viva e a sustentação dos Pontos de Cultura. O novo marco regulatório das OSs da Sociedade Civil foi mensurado como um meio para ajudar a desburocratizar os processos dentro da comunidade.

Luciano Dami, titular da região de Franca, pediu ao grupo para fazer os destaques nos textos que serão enviados por email. Ele pediu as pessoas para elencar as dúvidas, as proposições, para facilitar o debate pontual. José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, reforçou que no próximo encontro as análises situacionais virão prontas para a Comissão fazer suas pontuações. Isabela Umbuzeiro Valent, suplente de São Paulo Capital, acrescentou que a partir dessas análises, a Comissão fará as diretrizes e objetivos do Plano Estadual de Cultura.

Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, propôs como iniciativa a construção de um Observatório da Cultura Cidadã, um mecanismo da sociedade civil proposto pelo governo, mas algo pluripartidário, com a incumbência de acompanhar as ações ligadas à Cultura Cidadã. Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, e Isabela Umbuzeiro Valent, suplente de São Paulo Capital, argumentaram que a ideia era boa, mas que estava mais para objetivo.

A próxima dimensão apresentada foi a Econômica por Luciano Dami, titular da região de Franca. Ele destacou que o grupo partiu da Minuta do Fundo Estadual de Cultura e dos dados financeiros apresentados pela Secretaria de Estado da Cultura.

Ele ressaltou que um dos dados que a Comissão precisa definir é um percentual claro destinado à Cultura Hoje orçamento para a Cultura é de 0,5%. Segundo a apresentação do Davidson Panis Kaseker, em 2010 era de 1%. Nestes anos foi mantido o valor nominal, mas o orçamento do Estado cresceu e o percentual baixou. Luciano Dami levantou o desafio de como proceder para ter um valor fixo e qual seria este valor, já que na PEC temos o valor de 1,5%, na Conferência de 3% e nós tínhamos falado aqui de pedir 1,5% de cara e ir crescendo para chegar a 3% em dez anos.

Sobre PROAC ICMS, ele lembrou que faltam dados sobre a relação das Captações Liberadas X Captações Concretizadas, que a Secretaria ficou de enviar. O grupo problematizou as ações dos captadores, lembrando que há empresas fazendo isso, o que virou uma distorção, uma vez que há captadores que daqui a pouco vão receber mais dinheiro que os fazedores de Cultura.

O grupo trouxe a discussão da legislação do ICMS, que hoje permite captar 0,2% para um projeto no Estado. Mas há uma proposta de elevar para 0,25% e fazer um aumento gradual de 0,25% até chegar a 0,5%. Outro questionamento foi se a equiparação do PROAC ICMS e PROAC Editais é o melhor caminho. O medo é que a equiparação aconteça por baixo e não por cima.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, perguntou à Comissão como o grupo quer que o sistema funcione do ponto de vista do recurso público, antes de propor a equiparação de uma coisa e outra. Ele disse que a equiparação se choca com o que foi aprovado no Fundo e propôs a extinção do PROAC Edital. Segundo ele, o melhor mecanismo é o Fundo e o recurso deve vir dali.

O grupo chegou à conclusão que a questão chave na dimensão econômica é a manutenção ou não destes projetos e seus encaminhamentos. Isabela Umbuzeiro Valent, suplente de São Paulo Capital, lembrou das políticas de isenção fiscal que acabam sendo perversas. Ela propôs colocar como desafio a criação de outros mecanismos para provisão econômica que não sejam a isenção fiscal.

A formação de gestores culturais na vertente da capacitação econômica foi outra dificuldade levantada e fica o desafio de como fazer esta formação. Outra questão presente no Plano Nacional, mas desconhecida pela maioria dos municípios do Estado, é o que abrange a economia criativa, as start ups, os arranjos produtivos, editais e captação.

Amarantino de Oliveira, titular da região de Campinas, foi o responsável pela apresentação da dimensão Simbólica. A abordagem partiu da Minuta e o grupo fez uma discussão para ampliar o conceito de Simbólico.

Na parte da Unidade de Bibliotecas e Leitura, o diagnóstico feito apontou que as políticas de bibliotecas são construídas numa perspectiva que vê o município como incapaz de propor políticas à luz de sua realidade. As bibliotecas tratam o livro como algo que você não pode tocar, elas são um espaço em que a pessoa entra e precisa fazer silêncio, uma concepção ultrapassada já que as bibliotecas passaram a ser um espaço de convivência. O desafio apontado é colocar na construção do plano ações que garantam o protagonismo dos municípios na criação de projetos para bibliotecas. Incluir realização de saraus de bibliotecas. Propor políticas de valorização dos trabalhadores de bibliotecas, oferecendo capacitação não só técnica, mas nas relações com outras artes.

O grupo levantou que o PROAC ICMS não representa a realidade, uma vez que o fato de projeto ser aprovado não significa que ele foi captado. A distribuição não atende a critérios que propicie distribuição igualitária dos projetos. O programa empodera as empresas pois são elas as responsáveis pelo projeto que melhor promova sua marca. O grupo colocou como desafio que o montante não captado do total de renúncia aprovada seja destinado ao Fundo Estadual de Cultura, transformando-se em uma de suas fontes de financiamento.

No PROAC Editais, o grupo levantou que os critérios de aprovação evidenciam as questões técnicas e burocráticas de formatação de projetos e não a questão simbólica. O volume de projetos avaliados é muito maior do que o ideal, o que não permite um aprofundamento do valor simbólico dos projetos. O desafio seria criar editais territoriais com base na regionalização e priorização das cidades com menos de 50 mil habitantes.

Na parte das OSs, o grupo pontuou que a falta de diálogo entre projetos restringe os programas a eventos. Os programas tratam as ações culturais como perfumaria, a marca é o foco. O Revelando São Paulo revela, mas não garante sustentabilidade aos sustentados. A ação é muito restrita ao evento e não se transforma em uma política pública mais abrangente.



O Mapa Cultural não cumpre sua função de mapear pois seu banco de dados não é divulgado e por não haver um programa claro de integração entre outros programas e ações da Secretaria. O grupo também levantou que a Secretaria não pode se restringir a relação de gestão com as OSs, mas deve estabelecer relação entre eles e as artes para que o simbólico seja evidenciado pela política de cultura do Estado.

A avaliação do grupo é que as OSs fazem mais o papel de resolver o problema de estrutura da Secretaria do que de se constituir um braço da Secretaria para implementar as políticas públicas. A Secretaria precisava assumir o papel de fazer esta integração entre as artes para que as OSs não ficassem como entidades independentes trabalhando cada uma no seu processo.

Eu, Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, redigi a presente ata.